



Evento: XXIII Jornada de Extensão

**DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E A ATUAÇÃO NO PARQUE DA PEDREIRA  
COMO POLÍTICA PÚBLICA, MINIMIZANDO A VULNERABILIDADE SOCIAL <sup>1</sup>**

**HUMAN RIGHTS, CITIZENSHIP AND PERFORMANCE IN PARQUE DA PEDREIRA AS A PUBLIC  
POLICY, MINIMIZING SOCIAL VULNERABILITY**

**Ana Carmela Franco Valente <sup>2</sup>, Marcia Formentini <sup>3</sup>, Sandra Regina Albarello <sup>4</sup>  
Eilamaria Libardoni Vieira<sup>5</sup>, Ivo Ney Kuhn<sup>6</sup> e Laís Schapuiz<sup>7</sup>**

<sup>1</sup> Projeto de Extensão Gestão Social e Cidadania, realizado na Estação Cultura e Esporte do Parque da Pedreira de Ijuí-RS.

<sup>2</sup> Estudante do Curso de Direito. Bolsista PIBEX/UNIJUÍ.

<sup>3</sup> Professora Extensionista UNIJUÍ. Orientadora. Mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania.

<sup>4</sup> Professora Extensionista UNIJUÍ. Coordenadora do GSC. Mestre em Desenvolvimento Regional.

<sup>5</sup> Professora Extensionista UNIJUÍ. Doutora em Desenvolvimento Regional.

<sup>6</sup> Professor Extensionista UNIJUÍ. Mestre em Administração Financeira.

<sup>7</sup> Estudante do Curso de Nutrição. Bolsista PIBEX/UNIJUÍ.

## **INTRODUÇÃO**

Em um país como o Brasil, onde a vulnerabilidade social existente é intensa, surge a necessidade da atuação de entidades civis e do poder público para desenvolverem ações com o intuito de minimizar tais desigualdades. Dessa forma, compreende-se a vulnerabilidade social como condição socialmente construída pela falta de acesso aos direitos básicos do cidadão, os quais são garantidos constitucionalmente.

O Projeto de Extensão Gestão Social e Cidadania busca entender a realidade da população do entorno do Parque da Pedreira - Ijuí-RS, numa perspectiva de efetivação dos direitos fundamentais como necessidade essencial para a construção da cidadania e o progresso individual e coletivo.

Este estudo é um recorte das atividades de extensão desenvolvidas e foi elaborado a partir de pesquisas bibliográficas e da experiência no projeto, abordando discussões que buscam estabelecer relação entre direitos humanos, cidadania e execução de políticas públicas efetivas por parte do poder público, sendo a comunidade do Parque da Pedreira o foco do projeto GSC/UNIJUÍ.



## **METODOLOGIA**

O trabalho é fruto das atividades desenvolvidas no projeto de extensão Gestão Social e Cidadania (GSC) da UNIJUÍ, e sua atuação na Estação Cultura e Esporte do Parque da Pedreira no município de Ijuí-RS. Para complementar este estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, observação e documental em livros da biblioteca da Universidade e disponíveis na internet, e ainda foi realizada uma atividade prática com um grupo de crianças que frequentam a Estação Cultural e Esporte da Pedreira em Ijuí-RS.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Preliminarmente, salienta-se que no decorrer da história da humanidade, tem-se atribuído valor ao ser humano, como consequência disso, desenvolve-se o termo Direitos Humanos, que na contemporaneidade é dotado de significados, mas de uma forma branda destina-se a resumir os direitos fundamentais a pessoa humana no âmbito nacional e internacional. Visto que, estes são direitos essenciais para que o indivíduo participe ativamente e plenamente da vida em sociedade, assim procedendo-lhe a cidadania.

No que se refere a Direitos Humanos, Benevides (2000), afirma que:

[...] são aqueles direitos considerados fundamentais a todos os seres humanos, sem quaisquer distinções de sexo, nacionalidade, etnia, cor da pele, faixa etária, classe social, profissão, condição de saúde física e mental, opinião política, religião, nível de instrução e julgamento moral. (BENEVIDES, 2000, p. 1).

A mundialmente conhecida Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, atualmente é o documento norteador do exercício da cidadania, visto que, seu texto é fundamentado no respeito à liberdade individual e coletiva, a igualdade entre povos e pressupõe essa efetivação como responsabilidade de todos.

Nesse sentido, como marco nacional dos direitos fundamentais e cidadania, temos a Constituição Federal Brasileira de 1988, que permitiu normatizar os direitos fundamentais sociais do cidadão, tornando obrigatória a proteção e o respeito, por parte do estado, com a finalidade de assegurar condições mínimas de vida e desenvolvimento ao ser humano. No entanto, tal positivação não foi suficiente para a efetivação desses direitos, é notório a



existência de desigualdades, nesse sentido, compreende-se desigualdade como necessidade urgente a ser combatida em favor da cidadania.

Ademais, com origem no latim *civitas*, cidadania caracteriza a condição, situação ou estado do indivíduo em relação ao seu *status* junto ao Estado, significa que, goza de todos os direitos e deveres garantidos pelo Estado, tornando-se, um cidadão com obrigações e direitos civis, políticos e sociais e com garantia de participação nas decisões da sociedade na qual está inserido.

Diante do exposto, Bobbio (1999) evidencia que no conceito contemporâneo cidadania deixa de ser apenas o direito destinado à participação do processo político. Sendo sobretudo, o dever do Estado com o cidadão, disponibilizando o mínimo existencial para garantir-lhe a dignidade. Em outras palavras, “cidadania” sugere um ser humano livre, emancipado e protagonista.

As políticas públicas, são definidas pelo autor Lawrence M. Mead (1995), como um campo de estudo da política, que busca analisar os governos à luz de demandas públicas. Neste caminhar, atenta-se para a importância das políticas públicas para o desenvolvimento pleno da sociedade, assim como, entende-se que, a partir da observância das legislações existentes, e de seu constante aprimoramento, torna-se possível minimizar os problemas recorrentes em relação aos seres humanos.

Estudos apontam que a vulnerabilidade social está interligada a situações de exclusão social e envolve fatores de risco como pobreza, desigualdade e desemprego. Tais apontamentos, tem relação íntima com a escassez de acesso aos direitos fundamentais destes.

A autora Maria Benevides (2016), afirma que a educação aglutinada com os direitos humanos é “essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz”

Ficando explícito, enfim, que a educação é a transformadora desta realidade, podemos então nos deparar, com o protagonismo do projeto de Extensão Gestão Social e Cidadania (GSC) da Unijuí, que visa trazer essas realizações, apresentando pautas relacionadas a construção da cidadania, políticas públicas de inclusão e desenvolvimento regional.

Diante do exposto, o Parque Cultura e Esporte da Pedreira de Ijuí- RS, foi desenvolvido pelo Poder Público como uma política pública a fim de minimizar as



desigualdades e mudar o destino dos indivíduos do entorno. Atualmente o GSC atua em conjunto com esse projeto disponibilizando capacitações, que buscam contribuir e estimular o empoderamento da sociedade, com atividades de formação, transferência, comunicação e socialização de conhecimentos, visando a inclusão social, a geração de trabalho, renda e a qualidade de vida destas pessoas.

Nessa perspectiva, no dia 01 do mês de junho de 2022, foi realizada uma atividade sobre direitos e deveres, com a apresentação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estando presente 12 crianças e adolescentes participantes das atividades na Estação Cultura e Esporte da Pedreira, com idades entre 6 e 16 anos. A atividade foi realizada de maneira expositiva e visou de forma simplificada, explicar acerca do respeito, dos direitos individuais, o cuidado aos espaços públicos. Também foi apresentado/discutido o gigantesco rol de direitos que os protegem. Na sequência, para pôr “em prática” o que foi aprendido com a explanação, elaborou-se uma dinâmica, na qual eles deveriam estourar um balão e retirar dele uma palavra, em seguida classificá-la como um direito ou dever.

A atividade teve como objetivo trazer para discussão o assunto, até então desconhecido pela maioria que por viverem diante de inúmeros conflitos sociais (e de direitos) não apresentaram muito interesse acerca do tema, visto que, a proteção estatal está muito distante da realidade vivenciada cotidianamente. Isso pode ser observado na fala de uma das crianças participantes da atividade que indagou durante a dinâmica a seguinte frase: "O que adianta termos direitos se não são respeitados?"

Exemplificando, a atuação crucial para empoderar a comunidade com conhecimento e perspectiva, possibilita diferentes repercussões e impactos sociais, objetivando o exercício da cidadania, dando então a efetividade da política pública que é torná-los cidadãos, e fundamentando assim a conquista de seus direitos fundamentais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se, portanto, que os direitos humanos e o exercício da cidadania caminham juntos, possibilitados pelas políticas públicas. Visto que, por meio do Projeto de Extensão Gestão Social e Cidadania, podemos observar que o conhecimento propicia empoderamento, sendo tal pauta a engrenagem que sustenta o mesmo. Uma comunidade com cidadãos ativos, contemplados por todos os direitos humanos e amparados por políticas públicas de qualidade,



com educação e capacitação, podem transformar o meio em que estão inseridos, e as atividades do projeto buscam contribuir para o alcance desses objetivos.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos. Cidadania. Vulnerabilidade social. Políticas Públicas. GSC.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, Maria Victória. **Educação em direitos humanos: de que se trata?** . Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/sites/default/files/Benevides%20MV%202000%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20em%20DH%20de%20que%20se%20trata.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022

BENINCA, Lizandra; HERMÍNIO, Sheila; HOLANDA, Christiane. **Os direitos humanos como elementos de cidadania e de enfrentamento da vulnerabilidade social.** Humanidades e educação, 2019, Tocantins. Disponível em: [C:/Users/anav3/Downloads/1355-Texto%20do%20artigo-4803-1-10-20190619%20\(1\).pdf](C:/Users/anav3/Downloads/1355-Texto%20do%20artigo-4803-1-10-20190619%20(1).pdf). Acesso em: 09 jun 2022

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

GOMES, Monica; PEREIRA, Maria. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas.** Universidade Estadual do Ceará. Ceará. 2004. Disponível em: [https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource\\_ssm\\_path=/media/assets/csc/v10n2/a13v10n2.pdf](https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v10n2/a13v10n2.pdf) . Acesso em: 21 jun 2022

HOLANDA CAMILO, Christiane. **Direitos humanos e educação em direitos humanos em diálogo com Paulo Freire: Discussões sobre igualdade, diferença, Cidadania e democracia.** Anais do V Seminário Pensar Direitos Humanos. 2014, (p. 62-91).

LIMA, Inácio. **Educação em Direitos Humanos na escola pública: uma abordagem teórica e das práticas pedagógicas vivenciadas a partir de um estudo de caso.** Jus Navigandi, Teresina, ano 19, nº 3.923, 29 mar. 2014. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/27225>. Acesso em: 02 jun. 2022

NEVES, Barbara; CUNHA, Maria. **Políticas Públicas educacionais: foco na inclusão digital.** Revista Educativa, Goiânia, v. 20, n. 3, set./dez. 2017, p. 527-546.

ROTTA, Edemar; LAGO, Ivann Carlos. **Políticas Públicas e seus modelos de análise: argumentos em favor do neoinstitucionalismo e das abordagens culturais.** HAAS, Maria et al (Orgs.). Políticas Públicas, descentralização e participação social: contribuições ao estudo da trajetória em Chapecó (SC). Curitiba: CRV, 2018, p. 23-37.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas.** São Paulo: USP, 2002.